



SEÇÃO: DOSSIÊ

Nicarágua em crise: governo de Daniel Ortega (2007–2021) e o dismantelamento democrático

Nicaragua en crisis: gobierno de Daniel Ortega (2007–2021) y el dismantelamiento democrático

Bruno Andrade Teixeira¹

orcid.org/0000-0002-0921-9119
bruno.a.teixeirag6@gmail.com

Maurício Luiz Borges

Ramos Dias²

orcid.org/0000-0001-9851-4111
mauriciolbrdias@gmail.com

Nicole Fava Pires³

orcid.org/0000-0002-7951-5896
nicole_fava@hotmail.com

Recebido em: 25/01/2021.

Aprovado em: 31/05/2021.

Publicado em: 01/12/2021.

Resumo: Este artigo tem como propósitos apresentar os processos históricos e revolucionários para a implementação da democracia na Nicarágua, durante os séculos XIX e XX, depreender como Daniel Ortega promoveu um regime político híbrido na Nicarágua, ao passo que se manteve no poder entre 2007 e 2017, e, por fim, apontar as diferentes crises decorrentes do autoritarismo do governo Ortega (2018–2021). A pesquisa qualitativa utilizou o método hipotético-dedutivo e se baseou em um levantamento bibliográfico, secundário e documental, permitindo análises sobre as questões sócio-políticas da Nicarágua. Concluiu-se que a interferência estrangeira e a tradição liberal da burguesia nicaraguense fazem parte do panorama que é a América Latina. Ante bases democráticas não solidificadas, esses pontos culminaram na decadência da revolução nicaraguense em 1989 e, posteriormente, na formação gradual do governo autoritário contemporâneo de Daniel Ortega.

Palavras-chave: Daniel Ortega. Nicarágua. Crise democrática. Revolução Sandinista.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar los procesos históricos y revolucionarios para la implementación de la democracia en Nicaragua, durante los siglos XIX y XX, para comprender cómo Daniel Ortega impulsó un régimen político híbrido en Nicaragua, mientras permaneció en el poder entre 2007 y 2017, y, finalmente, señalar las distintas crisis derivadas del autoritarismo del gobierno de Ortega (2018–2021). La investigación cualitativa utilizó el método hipotético-deductivo y se basó en una investigación bibliográfica, secundario y documental, lo que permitió realizar análisis sobre la problemática socio-política de Nicaragua. Se concluyó que la injerencia extranjera y la tradición liberal de la burguesía nicaragüense son parte del panorama que es América Latina. Frente a bases democráticas no solidificadas, estos puntos culminaron en la decadencia de la revolución nicaragüense en 1989 y, posteriormente, en la paulatina formación del gobierno autoritario contemporáneo de Daniel Ortega.

Palabras clave: Daniel Ortega. Nicaragua. Crisis democrática. Revolución Sandinista.

Introdução

A formação dos Estados latino-americanos implica, até hoje, na forma em que a democracia se consolidou na América Latina (Valero 2014). No século XVIII, a independência das nações era almejada pelas elites agroexportadoras, visando à autonomia de governo local — e não regional —, impossibilitando a formação de uma única nação, como era



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, SP, Brasil.

³ Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, Brasil.

desejado pelo bolivarianismo (Wasserman 2003). Ademais, a concentração do poder nas mãos das oligarquias latino-americanas era acompanhada de interferências estadunidenses e britânicas, além da economia ser dependente da agroexportação. Mesmo com uma estabilidade trazida pelas altas exportações na década de 1880, o passado colonial proporcionou diferenças econômicas, sociais, raciais e o uso de violência, por parte do Estado, que impediram a consolidação da democracia no continente (Díaz 2010). Assim, os países latino-americanos ainda estão em formação, no que condiz com a formação do conceito de nação, buscando, apesar dos obstáculos, uma democracia mais igualitária (Ianni 1987).

No caso da República da Nicarágua, a estruturação da democracia no país ocorreu mediante esforços da Revolução Sandinista, de 1979, em contraponto à ditadura Somoza (1936–1979). Como logro das eleições nacionais, caracterizadas pelo voto popular, em 1984, Daniel Ortega, membro da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), tornou-se presidente da Nicarágua, inaugurando uma democracia que almejava conquistar maior participação popular (Ferreira Gontijo 2020) e um governo que, até o final de seu mandato, em 1989, mantinha relações com a burguesia nacional, ao passo que promovia, por exemplo, políticas sociais e reforma agrária (Pereira 2016; Júnior 2019).

No entanto, entre o retorno de Daniel Ortega ao poder, em 2007 e 2017, constataram-se medidas judiciais e eleitorais resultantes da instrumentalização do Estado em benefício da hegemonia política do presidente e de sua família (Gómez 2018). Nessa perspectiva, a democracia ampla foi sendo substituída pela formação de um regime híbrido, caracterizado por eleições livres, realizadas para criar uma imagem de legitimidade democrática, enquanto que medidas contrárias às liberdades civis e aos direitos políticos foram propagadas pelo governo, tais como o enfraquecimento da oposição, o controle da imprensa e a manipulação do sistema judiciário (Goes et al. 2017).

Ante repressão da liberdade de expressão e da oposição, a partir de 2018, o governo Ortega

proporcionou a formação de um regime autoritário, desmantelando a democracia nacional. Vale ressaltar que um regime autoritário é caracterizado por possuir instrumentos legais, que regem as relações pessoais de uma determinada população, suprimida pela vontade do líder; o terror e a violência são utilizados como forma de reprimir as forças opositoras ao governo; excluem-se os grupos e suas individualidades, de forma que se diminua ou não reste oposição. Nessa categoria de regime ainda tem-se uma diminuição do pluralismo político, com poucas instituições democráticas — muitas vezes servindo, meramente, para ocultar aspectos autoritários —, além de ocorrerem violações dos direitos humanos e deterioração da liberdade de imprensa e de manifestação pública (Arendt 2004; Democracy Index 2015).

Diante desse contexto, este trabalho explorou como a questão democrática, prometida pela Revolução Sandinista, não se consolidou na Nicarágua e culminou para a formação de um regime autoritário no governo contemporâneo de Daniel Ortega. Formulou-se como hipótese que a democracia nicaraguense, inaugurada pelas eleições de 1984, ao estar atrelada aos setores burgueses, mantenedores do *status-quo* liberal, não criou bases institucionais sólidas, mesmo possuindo um governo de caráter pós-revolucionário até 1989, contribuindo para a formação de um regime híbrido e, em seguida, autoritário no governo Ortega, entre 2007 e 2021.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender as transformações do regime democrático nicaraguense, desde as eleições de 1984 aos mandatos consecutivos de Daniel Ortega, de 2007 a 2021. Outrossim, os objetivos específicos foram: evidenciar o processo histórico da tentativa de instaurar uma democracia ampla no país por meio do processo revolucionário; depreender como Daniel Ortega se manteve no poder, ao passo que promovia um regime político híbrido na Nicarágua entre 2007 e 2017; apontar as diferentes crises decorrentes do autoritarismo durante o governo Ortega (2018–2021). Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa,

acompanhada do método hipotético dedutivo e de um embasamento em fontes bibliográficas, secundárias e documentais.

O processo revolucionário para a democracia nicaraguense

Durante os séculos XIX e XX, a contar da sua independência da Espanha em 1821, a Nicarágua passou por instabilidades políticas, motivadas pelas disputas de poder entre o partido liberal e o conservador (Fagundes 2009). Após vários conflitos civis, em 1856, William Walker, um aventureiro estadunidense, proclamou-se presidente da Nicarágua (Fagundes 2009). Ao assumir o poder de um país fragilizado por disputas internas, Walker começou um programa de americanização, declarando o inglês como língua oficial e mudando a política monetária e fiscal (De Lima e Ahumada 2017). Em 1857, com o acirramento das disputas e as intervenções estadunidense e britânica, Walker conseguiu sua repatriação para os Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, ao retornar para a Nicarágua, em 1857, foi entregue para Honduras, onde foi fuzilado. De acordo com De Lima e Ahumada (2017), esse foi o marco inicial da luta pela libertação nacional.

Após a queda de Walker, governos autoritários e oligárquicos seguiram comandando o país, contando com o apoio estadunidense (Fagundes 2009). Em 1897, José Santos Zelaya tentou aprovar uma nova constituição com viés liberal, deixando de lado os interesses estadunidenses, contribuindo para que os EUA intervissem, novamente, a fim de impedir que a sua influência no país fosse ameaçada (De Lima e Ahumada 2017). Como o ideal nacionalista não possuía uma base consolidada, os EUA conseguiram obter privilégios por meio da manutenção do apoio da oligarquia nicaraguense, controlando o governo local (Fagundes 2009). Com o aumento da presença militar estadunidense no Caribe e a assinatura do Convênio Dawson, o qual garantia o controle estadunidense em setores estratégicos da economia nicaraguense, tais como o Banco Central e as estradas de ferro, e o recebimento nicaraguense de empréstimos estadunidenses

(Fagundes 2009), Augusto César Sandino, Juan Bautista Sacasa e José Maria Moncada estruturaram uma oposição revolucionária (Maciel 2013).

Sandino era o único dos três que representava as camadas populares e que, portanto, fazia com que essa parte da população lutasse pelos seus direitos. A retomada popular das propriedades que estavam sob controle estadunidense foi um fator crucial para que a oligarquia (liderada por Sacasa e Moncada) não mais apoiasse Sandino. Em 1936, o chefe da Guarda Nacional, treinada e apoiada pelos EUA, executou o líder popular Sandino (Fagundes 2009). A essa altura, o presidente eleito era o ex-companheiro revolucionário de Sandino, Juan Sacasa, tio do chefe da Guarda Nacional, Anastácio Somoza (Pereira 2016). Foi justamente o então presidente, Sacasa, que ajudou a preparar uma emboscada contra Sandino (Fagundes 2009). Porém, após a morte de Sandino, Somoza tomou o poder por meio de um golpe de Estado no próprio tio, dando início à dinastia Somoza. Por outro lado, a morte de Augusto Sandino o tornou um símbolo para as camadas populares, as quais se organizaram e, em 1979, iniciaram a Revolução Sandinista (Junior 2019).

Maciel (2013) explicou que a ditadura de Somoza foi caracterizada pela concentração de renda, visto que, no referido período, houve um aumento significativo nas exportações de algodão — com a família Somoza acumulando a maior parte do capital, gerado com a exportação algodoeira, enquanto a maior parte das camadas populares se encontrava na miséria. Além disso, outros setores da burguesia, que não eram ligados ao clã Somoza, que comandava o país, também se mostravam insatisfeitos, juntando-se à FSLN, criada em 1961, que possuía uma frente coesa, cujo objetivo era a reafirmação nacional (Maciel 2013). O desvio de ajuda financeira internacional pelo clã Somoza acarretou no aumento da atividade guerrilheira da FSLN, a qual tinha como influência a bem-sucedida Revolução Cubana (Fagundes 2009). O assassinato do jornalista opositor Pedro Joaquín Chamorro gerou uma comoção nacional, levando às ruas representantes da burguesia, que apoiavam as críticas feitas por Chamorro (Junior 2019).

A mudança política veio em 1979, ano em que Anastasio Somoza Debayle foi deposto e executado, posteriormente, no Paraguai, com a FLSN assumindo o poder por meio do Governo de Reconstrução Nacional. Modificações significativas foram debatidas e postas em práticas, mas não chegaram a se cumprir em sua totalidade devido ao Contrás, que era um movimento contrarrevolucionário financiado pelos EUA. Propostas como democracia ampla, alfabetização de toda a população e reforma agrária faziam parte do escopo da FLSN, liderada pelo representante da burguesia Daniel Ortega (Júnior 2019). Segundo Pereira (2016), o Governo de Reconstrução Nacional foi uma forma de implementação de uma nova sociedade na Nicarágua, mas que não obteve sucesso.

Mesmo com a influência da revolução socialista em Cuba, o movimento guerrilheiro nicaraguense optou pela instauração da democracia, visando uma ampla participação popular nos processos decisórios da política e a legitimação internacional de seu governo, possibilitando a vitória de Ortega, líder da FSLN, nas eleições de 1984 (Ferreira Gontijo 2020). Para Ferreira Gontijo (2020), a questão democrática na Nicarágua foi marcada pela tentativa do governo sandinista de romper com a hegemonia burguesa, porém, mesmo com uma política de erradicação do analfabetismo no país e a participação feminina na revolução, não foi possível dissociar a democracia dos preceitos burgueses liberais que foram enraizados na América Latina. A Revolução teve seu fim em 1989, dez anos após a conquista de Manágua, com a derrota de Ortega para a viúva de Pedro Chamorro, a liberal Violeta Chamorro.

Segundo Kruijt (2011), a hegemonia da FLSN tornou setores, mais afastados da sociedade nicaraguense, alienados. Além disso, os ataques armados promovidos pelo Contrás se tornaram mais intensos durante a década de 1980, que, somados à crise econômica enfrentada pela América Central devido aos embargos estadunidenses, tornaram o regime de Ortega mais rígido. De Lima e Ahumada (2017) destacaram que a derrota nas urnas em 1990 não foi resultado da insatisfação popular com a FLSN em si, mas, sim,

das violentas disputas entre o partido e o Contrás. Para Martí I Puig (2013), entre a década de 1990 e os anos 2000, as instituições democráticas mantiveram seu funcionamento, apesar de toda a instabilidade política.

Outro ponto levantado por Pereira (2016) foi a parceria entre a FLSN e a burguesia, a qual manteve-se depois da Revolução. Como a Junta Provisória foi apoiada pelos setores revolucionários burgueses, alguns privilégios foram mantidos — durante a Reforma Agrária, por exemplo —, os latifúndios expropriados foram os da família Somoza e das famílias que apoiavam o antigo regime. Essa questão vai ao encontro do que foi exposto por Ferreira Gontijo (2020), ao afirmar que, após a Revolução, a democracia nicaraguense, recém instaurada, manteve o *status quo* do país. Por fim, como exposto por De Mello (1998), a democracia encontrada nos países de terceiro mundo é a substancial, ou seja, foi importada das nações desenvolvidas, sem respeitar as diferenças socioeconômicas e culturais. Nesse sentido, mesmo que a democracia fosse resultado de um processo revolucionário, em um país latino-americano, o governo deveria fazer acordos com a burguesia para seguir no poder — e a Nicarágua não fugiu à regra (Kruijt 2011).

Retorno de Daniel Ortega e a formação de um regime híbrido (2007–2017)

Entre 2000 e 2006, apesar da FSLN não possuir um membro como presidente da Nicarágua, o partido vinculado a Daniel Ortega se fortaleceu politicamente, mediante os denominados “*Los Pactos*”, nos anos 2000 e 2004. Segundo Seisdedos e Vilaplana (2007), a partir desses acordos entre a FSLN e o Partido Liberal Constitucionalista (PLC), promoveu-se a bipartidarização política nicaraguense, que permitiu maior controle desses dois partidos em instituições estatais, aprovações de leis eleitorais, que dificultavam a participação de partidos pequenos em eleições municipais, e, por fim, partidarização na Assembleia Nacional em duas frentes. Dessa forma, nesse período, a Nicarágua esteve polarizada entre dois partidos com propostas políticas divergentes, mas

que atuavam conjuntamente em pautas que possibilitavam maior hegemonia bipartidária e concentração de poder.

Durante a corrida eleitoral presidencial de 2006, uma conjuntura favorável à vitória de Daniel Ortega foi sendo estruturada. Diante de acusações de corrupção contra o PLC, a polarização bipartidária, que se refletia nos votos da população, se enfraqueceu, beneficiando a retórica "amor, reconciliação e perdão", da FSLN, que, enquanto possuía políticas sociais e econômicas voltadas ao combate da pobreza, objetivava uma conciliação pragmática com a ala conservadora da Igreja Católica, tendo Ortega se declarado católico e contra o aborto em 2006 (Martí I Puig 2008). À vista dessa possível aproximação, Ortega almejava formar relações amistosas com os padres católicos conservadores, que, naquele momento, junto à imprensa escrita, formavam forte oposição à FSLN (Martí I Puig 2013). Com o acréscimo da contramão do caráter revolucionário sandinista visualizado na década de 1980, Ortega construiu alianças estratégicas com as elites econômicas nicaraguenses, nomeando o líder empresarial Jaime Carazo como seu vice-presidente, formulando propostas baseadas na estabilidade macroeconômica e busca de maior fluxo de investimentos privados e estrangeiros (Spalding 2018).

Como resultado, em novembro de 2006, Daniel Ortega foi eleito presidente da Nicarágua, ao angariar 38% dos votos válidos no primeiro turno eleitoral, seguido por seu adversário Carlos Montealegre com 28,3% (Duterte 2018). Um segundo turno não foi necessário, tendo em vista que, conforme as prerrogativas do artigo 3º da Lei Eleitoral nº 331, de 2000 (Nicarágua 2000), pode-se tornar presidente o candidato que receber no mínimo 35% dos votos válidos, além de angariar uma diferença de 5% em relação ao segundo lugar. A partir da posse de Ortega em 2007, segundo Gómez (2018), iniciou-se a formação de um regime híbrido na Nicarágua, caracterizado pela concentração de poder em um indivíduo e/ou, família que instrumentaliza o Estado para o alcance de seus interesses pessoais, em contraposição à democracia.

Entre 2007 e 2012, a estratégia econômica de Ortega foi marcada pelo crescimento econômico em consonância com o desenvolvimento social, projetos de combate à pobreza, aumento das exportações de commodities, incremento de investimentos públicos e privados e aproximação com a Venezuela, sendo essa responsável por investimentos internacionais diretos, abastecimento de petróleo e consumo de produtos nicaraguenses (Spalding 2018). Ademais, Ortega atuou em consonância com o modelo imposto pelo Fundo Monetário Internacional e os interesses da classe empresarial doméstica (Gómez 2018).

Nesse íterim, nacionalmente, a hegemonia de Ortega se robusteceu. Conforme Martí I Puig (2013), a partir de 2008, as eleições nacionais se tornaram não competitivas, mediante o controle de Ortega nos diversos âmbitos institucionais nacionais, tais como o Poder Judicial, somado à oposição desmobilizada e sem políticas sociais contra a pobreza, resultando, por exemplo, na conquista da FSLN de cerca de 70% das prefeituras nas eleições municipais de 2008. Outrossim, em busca de se manter na presidência, Daniel Ortega utilizou sua influência estatal para modificar a Constituição da Nicarágua. Dessa maneira, durante uma assembleia da Corte Suprema de Justiça, em 2010, sem a presença da oposição liberal, juízes simpatizantes ao sandinismo declararam o artigo 147, que proibia que um líder de Estado se reelegesse logo após o término de seu mandato anterior, como inaplicável naquele momento (Miranda e Álvarez 2016).

Logo, em detrimento da imparcialidade da institucionalidade jurídica estatal da Nicarágua, Ortega pôde participar da corrida eleitoral presidencial de 2011. Como resultado das políticas efetivas contra a pobreza extrema, expansão do acesso à água potável e energia elétrica e crescimento econômico ao redor de 5% em 2011 (Midence 2018; Spalding 2018), além da aproximação da FSLN com setores empresariais e católicos, Daniel Ortega foi reeleito com 62,5% dos votos válidos, e membros do seu partido ocuparam cerca de 65% das vagas do Parlamento nicaraguense (Duterte 2018).

Ante uma oposição segmentada e com enfoque somente na população antissandinista, Ortega e, conseqüentemente, a FSLN se expandiram de forma predominante, ao passo que o partido de caráter sandinista conquistou 87,5% dos cargos nas eleições municipais de 2012 (Martí I Puig 2016). Durante seu novo mandato, com expiração em 2016, o presidente adquiriu controle progressivo dos âmbitos estatais eleitoral, judicial, legislativo e executivo, das Forças Armadas, das organizações sociais, da FSLN e de parcela da imprensa e da elite econômica (Duterte 2018). Outrossim, vale ressaltar que os filhos de Ortega eram empresários donos de diversos meios de comunicação, que realizavam propagandas favoráveis à administração sandinista (Miranda e Álvarez 2016). Como reflexo dessa conjuntura, possibilitou-se, em 2014, uma reinterpretação simpatizante à família Ortega em relação ao artigo 147, haja vista a permissão de reeleições consecutivas sem um limite estipulado (Spalding 2018).

Ao passo que o segundo mandato sandinista consecutivo solidificou o regime híbrido nicaraguense, a partir, por exemplo, da cooptação empresarial a favor do governo e o enfraquecimento da oposição (Martí I Puig 2013), percebeu-se uma maior consolidação da influência da família Ortega no Estado a partir de 2016. Ao apresentar sua esposa, Rosario Murillo, como candidata à vice-presidente nas eleições de 2016, constatou-se cada vez mais o acúmulo e continuação, caso Daniel fosse incapacitado de governar, por exemplo, por questões de saúde, do poder estatal sob comando da família Ortega. Além do mais, perante a não permissão de observadores internacionais e a restrição estatal da oposição concorrer com o candidato pretendido durante a corrida eleitoral, a democracia nicaraguense foi desmantelada (Gómez 2018). Ao final, utilizando-se de uma propaganda que relacionava a imagem sandinista ao cristianismo, socialismo e atos solidários (Miranda e Álvarez 2016), possibilitando alcançar diversos setores da sociedade, Daniel e Rosario foram eleitos com 72,4% dos votos válidos, e a FSLN obteve 79% das vagas parlamentares (Duterte 2018). Conseqüentemente, a hegemo-

nia orteguista se robusteceu, como resultado do regime híbrido formado. Todavia, a partir de 2018, o governo de Ortega adotaria uma postura autoritária, apresentando uma nova conjuntura política, social e econômica para a Nicarágua.

As crises decorrentes das adversidades democráticas na Nicarágua durante o governo de Daniel Ortega (2018–2021)

Principalmente durante o terceiro mandato consecutivo de Ortega, diversas manifestações ocorreram. Todas elas agiam em uma conjuntura de crise humanitária, democrática, econômica e sanitária. Mesmo a Nicarágua tendo um relativo aumento na qualidade de vida da população, as constantes manipulações nos poderes públicos e as modificações na Constituição nicaraguense — objetivando a manutenção de Daniel Ortega e da FSLN no poder — proporcionaram o enfraquecimento da democracia no país, convertendo, em 2018, o governo para um regime autoritário.

A partir de 2018, as manifestações tornaram-se constantes na Nicarágua, sendo lideradas por grupos ambientalistas, estudantis e camponeses, os quais se juntaram para cobrar um posicionamento do governo frente às queimadas, que destruíram parte das reservas ambientais do país. Posteriormente, outros movimentos sociais surgiram por todo o país contra o anúncio de reformas do Instituto Nicaraguense de Seguridade Social junto ao corte das pensões (Gómez 2018; Nações Unidas 2018; Buben e Kouba 2020). Todos esses protestos sofreram graves violações de direitos humanos, com forte repressão e violência por parte do governo Ortega, que utilizava, não só policiais, mas também grupos paramilitares (Nações Unidas 2018). No que se refere à questão política entre os diferentes partidos da Nicarágua, o presidente atacou fortemente a oposição, além de utilizar, novamente, grupos paramilitares contra as manifestações, denominando-as como terroristas (Nicarágua 2018). Em 2018 houve a aprovação de uma lei na Assembleia Nacional que caracterizava, com uma ideia vaga, o que seria terrorismo, aumentando a margem de ação violenta do governo contra seus opositores (Buben e Kouba 2020).

Variadas formas de transgressão dos direitos humanos ocorreram em 2018, no mandato de Daniel Ortega. Dentre elas, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) apresentou, em relatório, que houve violações na democracia nicaraguense, como o direito à liberdade de reunião pacífica, frente aos atentados aos manifestantes, e violações do direito à liberdade de expressão, como o exemplo da mídia em posse do partido governante e de familiares do governo, além de ataques, e até assassinato, a jornalistas (Nações Unidas 2018), intensificando a atuação autoritária da gestão de Ortega.

No que se refere à crise humanitária, o Alto Comissariado apontou violações, como o grande número de mortos e feridos nas manifestações, como resultado da repressão com uso excessivo e desproporcional da força pelo governo Ortega. A organização ainda apontou para a chamada "Operação Limpeza", a qual foi uma ação de repressão por parte do governo nicaraguense, que tinha como objetivo a retirada de barricadas e o dismantelamento, via violência, dos protestos (Nações Unidas 2018). Ademais, foi apontado que as forças militares de Daniel Ortega estavam recorrendo, seguidamente, a detenções e arrestos, como forma de reprimir as manifestações. Junto a isso, o relatório da EACDH apontou que ocorreram denúncias de desaparecimento forçado de pessoas desde o início da crise, em 2018. Essas pessoas foram detidas pela polícia e por grupos paramilitares, sendo encontradas, posteriormente, por familiares em centros de detenção, enquanto que outras foram localizadas mortas no Instituto Médico Legal da Nicarágua ou, ainda, continuaram desaparecidas (Nações Unidas 2018). A EACDH alegou que obtiveram denúncias, tanto de torturas físicas — como queimaduras, espancamentos, tentativas de estrangulamento e violência sexual — quanto torturas psicológicas, que incluíam ameaças de mortes.

Houve, ainda, segundo a EACDH, violações generalizadas das garantias do devido processo legal, o que não permitiu um ajuizamento justo dos casos no país. Tais violações estavam associadas desde a negação de *habeas corpus* até a restrição do acesso à livre escolha de um advogado para a

defesa dos detentos (Nações Unidas 2018). Nesse último ponto, era escolhido um defensor público, o qual muitas vezes indicava que os acusados se pronunciassem como culpados, com promessas de sentenças amenizadas. Outrossim, foi apontado que advogados de defesa dos acusados eram constantemente ameaçados por pessoas próximas ao governo, além de serem proibidos de conversarem em particular com seus clientes. Essas violações no âmbito jurídico corroeram a qualidade da defesa e violaram as garantias essenciais de independência e imparcialidade judicial com os manifestantes e participantes dos protestos (Nações Unidas 2018).

No que tange à crise sanitária e de saúde, em 2018 a EACDH apontou violações quanto ao direito à saúde, com interrupções de serviços perto dos protestos, prejudicando o amparo aos feridos, além de fechamento e isolamento de hospitais por parte do governo e seus grupos de apoiadores. Outra denúncia na área da saúde foi que, nos hospitais públicos, as equipes médicas foram instruídas a negligenciar amparo médico a todas as pessoas que participaram dos protestos. Houve também solicitação de dados pessoais dos pacientes, como forma de intimidar os manifestantes a buscar ajuda médica. Além do mais, os médicos e demais funcionários dos hospitais, que se opuseram a esses requerimentos, sofreram represálias de seus superiores (Nações Unidas 2018).

No cenário marcado pela Covid-19, Ortega negligenciou o surto do vírus no país ao pronunciar que a vida e a economia deveriam continuar funcionando normalmente. O distanciamento social não foi implementado, com escolas, empresas e serviços públicos funcionando normalmente. Além disso, o presidente recomendou que continuasse o turismo, como forma de colaborar com os ganhos econômicos do país, e promoveu grandes eventos esportivos e culturais, nos quais se aglomeraram uma numerosa quantidade de pessoas (Colombo 2020). O presidente descartou, em 2020, o decreto de uma quarentena ou a recomendação do isolamento social, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde, dando como justificativa a salvaguarda da economia do país, enquanto que, internacionalmente, foi criticado por

não ter um plano para conter o avanço da Covid-19 (Miranda 2020). O país de mais de seis milhões de habitantes, desde o início da pandemia até o dia dez de janeiro de 2021, apresentava 4.829 casos confirmados, com cerca de 165 mortes (Organização Mundial da Saúde 2021).

Como resultado das sucessivas crises humanitárias e democráticas no país, a Nicarágua também sofreu consequências na sua economia. O alto risco e a instabilidade política no país afastaram investimentos diretos privados, freando o crescimento econômico de Manágua (Buben e Kouba 2020). Ademais, as violações dos direitos humanos, com demasiada repressão e a falta de governança e de instituições sólidas pioraram a instabilidade no país, sendo que os setores mais afetados foram o de comércio, de turismo e de construção, os quais são de suma importância para a economia e manutenção do nível de empregos na Nicarágua, levando ao aumento dos níveis de pobreza, ao incremento da informalidade laboral e à precarização social da população (Fundación Nicaragüense para el Desarrollo Económico y Social 2018). Outrossim, o país enfrentou constantes decréscimos do seu Produto Interno Bruto (PIB), em decorrência da importante perda do apoio financeiro e comercial da Venezuela, inserida em uma situação de intensa crise econômica no governo de Nicolás Maduro (Colombo 2018; Trading Economics 2019).

Desse modo, o governo de Ortega não se mostrou aberto ao diálogo com os manifestantes, com a oposição ou, ainda, com a mídia. Ao contrário, o presidente, de modo autoritário, reprimiu violentamente os manifestantes, deteriorando a democracia no país e prejudicando a Nicarágua social e economicamente. Assim, essas crises colocaram a população nicaraguense em uma conjuntura marcada pelo distanciamento do bem-estar social e sob o desmonte dos direitos democráticos.

Considerações finais

A Revolução Sandinista foi marcada pela ampla participação do povo nicaraguense, contando com os setores mais pobres até a burguesia anti-somozista. Ao optar pela democracia e não pela

instauração do socialismo aos moldes cubanos, o governo sandinista fez novos pactos com a burguesia local, a fim de conseguir implementar suas políticas nacionais. Com isso, a democracia nicaraguense foi fragilizada desde o começo, vide a interferência dos EUA, fato que aumentou na pós-Revolução, com o financiamento do Contras. O incremento dos conflitos militares e a associação com os setores burgueses endureceu a gestão de Ortega, a partir de 1984, garantindo a eleição de Violeta Chamorro, em 1990, e a efetivação dos interesses estadunidenses e da burguesia liberal em mais um país latino-americano.

Ante a promoção da bipartidarização nicaraguense, em detrimento de partidos pequenos, entre 2000 e 2006, percebeu-se o robustecimento da FSLN, que contribuiu para a eleição de Daniel Ortega em 2006. A partir de seu retorno ao poder presidencial, parte da perpetuação do governo Ortega, ocorreu pela retórica e políticas favoráveis a setores estratégicos da sociedade nicaraguense, sendo eles, por exemplo, o setor empresarial e a parcela da população beneficiada por programas sociais. Como reflexo do apoio popular, enfraquecimento gradativo da oposição e progressivas eleições menos competitivas, Ortega proporcionou a hegemonização política da FSLN e a instrumentalização estatal a favor de sua gestão e família. Como resultado, em um sistema com instituições políticas e democráticas fragilizadas, modificações constitucionais foram realizadas em 2010 e 2014, permitindo a consolidação do regime híbrido nicaraguense, perante o fortalecimento político de Ortega e de sua família.

No entanto, a partir de 2018, o governo de Ortega passou a ter um perfil autoritário, gerando uma crise democrática, violando a liberdade de reunião pacífica e de expressão, inclusive com domínio governamental sobre os meios midiáticos. Além disso, a violenta repressão do governo contra os manifestantes e a crise econômico-social, com diminuição do PIB, redução de empregos formais, aumento dos níveis de pobreza no país e dependência econômica de debilitados aliados estatais marcaram a precariedade da gestão Ortega. Outrossim, apontou-se a crise sanitária, a qual, no

começo dos protestos, houve o fechamento de hospitais, a coerção aos médicos e a falta de um plano coeso para a contenção do vírus da Covid-19. Portanto, notou-se que o governo Ortega agiu de forma autoritária ao não responder de forma pacífica aos anseios da sua população, além de ignorar a deterioração dos aspectos sanitários, sociais e democráticos do Estado nicaraguense.

Diante do exposto, constatou-se que o regime democrático nicaraguense, desde sua inauguração, em 1984, não consolidou suas estruturas e manteve as diferenças socioeconômicas, ao passo que acordos entre a FSLN e a burguesia foram proferidos e atenuou-se a intercessão do Contras. Corroborando a hipótese inicial, a dinâmica democrática, antes plural, passou por um processo de bipartidarização entre o PCL e a FSLN e, após as eleições de 2006, por uma gradual hegemonização do partido de Daniel Ortega, culminou na formação de um regime híbrido, entre 2007 a 2017, e, em seguida, a partir de 2018, uma gestão autoritária como reflexo da fragilidade democrática e da cooptação estatal a favor da família Ortega e da manutenção do governo. Como resultado, intensificou-se o desmantelamento democrático nicaraguense, considerando a atuação autoritária de Ortega antagônica aos direitos humanos e à mobilização da oposição partidária, assim como o monopólio midiático a favor do regime no poder.

Referências

Arendt, Hannah. 2004. *Origens do Totalitarismo*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Buben, Radek; Kouba, Karel. 2020. "Nicaragua in 2019: The Surprising Resilience of Authoritarianism in the Aftermath of Regime Crisis". *Revista de Ciências Políticas* 40, 2 (agosto): 432-455. <http://doi.org/10.4067/S0718-090X2020005000114>

Colombo, Sylvia. 2018. "Crise na Venezuela repercute em protestos na Nicarágua". *Folha de São Paulo*, 15 de maio de 2018. www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/crise-na-venezuela-repercute-em-protestos-na-nicaragua.shtml

Colombo, Sylvia. 2020. "Sob críticas, Nicarágua anuncia medidas timidas contra coronavirus". *Folha de São Paulo*, 29 de abril de 2020. www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/sob-criticas-nicaragua-anuncia-medidas-timidas-contr-coronavirus.shtml

De Lima, Gabriela Ruchel; Ahumada, María José. 2017. A Revolução Sandinista. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional* 10, 18. <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/80170>

De Mello, Celso A. B. 1998. "A democracia e suas dificuldades contemporâneas". *Revista de Informação Legislativa* 35, 137 (janeiro): 255-264. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/353>

Democracy Index. 2015. "Democracy in an age of anxiety 2015". *Economist Intelligence Unit*. www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=EIU-Democracy-Index-2015.pdf&mode=wp&campaignid=DemocracyIndex2015

Díaz, Julián Isaias Rodríguez. 2010. "El Estado en América Latina: formación y proceso de construcción social". *Instituto de Estudios Latinoamericanos*, Universidad de Alcalá, 17: 2-5. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3663902>

Duterte, Bernard. 2018. "Nicaragua: el poder Ortega-Murillo". *Centro tricontinental*. <https://www.cetri.be/Nicaragua-el-poder-Ortega-Murillo?lang=fr>

Fagundes, Pedro Ernesto. 2009. "'Patria o muerte': Os 30 Anos Da Revolução Sandinista". *Revista Espaço Acadêmico* 9, 103 (dezembro): 84-89. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7726>

Ferreira Gontijo, Stella. 2020. "A 'democracia popular' da Frente Sandinista de Libertação Nacional: uma breve discussão a partir do debate marxista e da práxis revolucionária". *Revista Eletrônica da ANPHLAC* 20, 28:110-137. <https://doi.org/10.46752/anphlac.28.2020.3843>

Fundación Nicaragüense para el Desarrollo Económico y Social. 2018. "Impacto económico de los conflictos sociales en Nicaragua 2018". *FUNIDES*. <https://funides.com/publicaciones/impacto-economico-de-los-conflictos-sociales-en-nicaragua-2018-2/>

Goes, Ellen; Zimmer, Gabriel A. A.; Ribeiro, João M. P.; Guerra, José B. S. O. A. 2017. "As liberdades civis, as democracias imperfeitas e os regimes híbridos na América do Sul". *Debates Interdisciplinares VIII*, 287-305. Palhoça: Editora Unisul. https://www.unisul.br/wps/wcm/connect/4a96ef62-04b2-4c8b-91ab-481937d4266c/artigo_ellen-gabriel-joao-jose_viii-spi.pdf?MOD=AJPERES

Gómez, María L. P. 2018. "Nicaragua en la encrucijada: del síndrome de Hybris a la convulsión que no cesa". *Instituto Español de Estudios Estratégicos*, 23 (junho): 1-12. https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2018/DIEEEA23-2018_Nicaragua_MLPG.pdf

Ianni, Octavio. 1987. "A questão nacional na América Latina". *Estudos Avançados* 2, 1 (março): 5-40. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000100003>

Junior, Nelson K. M. 2019. "Breve história da revolução Sandinista na Nicarágua". *Rebela* 9 (maio/agosto): 341-375, 2. <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4002>

Kruijt, Dirk. 2011. "Revolución y contrarrevolución: el gobierno sandinista y la guerra de la Contra en Nicaragua, 1980-1990". *Desafíos* 23, 2: 53-81. <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/1802>

Maciel, Fred. 2013. "Insurreição e quadro político: frente sandinista e a opção pela via armada na Nicarágua". *Oficina Do Historiador* 6, 1: 44-64. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadahistoriador/article/view/12749>

Martí I Puig, Salvador. 2008. "El regreso del FSLN al poder: ¿Es posible hablar de realineamiento electoral en Nicaragua?". *Política y gobierno* 15, 1: 75-112. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1665-20372008000100003&lng=es&nrm=iso

Martí I Puig, Salvador. 2016. "Nicaragua: Desdemocratización y caudillismo". *Revista de Ciencia Política* 36, 1 (abril): 239-258. <http://doi.org/10.4067/S0718-090X2016000100011>

Martí I Puig, Salvador. 2013. "Nicaragua: la consolidación de un régimen híbrido". *Revista de Ciencia Política* 33, 1: 269-286. <http://doi.org/10.4067/S0718-090X2013000100013>

Midence, Carlos. 2018. El sandinismo frente al fallido golpe de estado y sus correlatos. *Nicaragua en crisis: entre la revolución y la sublevación*, 29-50. Buenos Aires: CLACSO.

Miranda, Mauricio; Álvarez, Ivania. 2016. "Un enigma llamado Daniel Ortega". *Revista Nueva Sociedad*, 262 (março-abril): 15-26. <https://nuso.org/articulo/un-enigma-llamado-daniel-ortega/>

Miranda, Walfredo. 2020. "Daniel Ortega reaparece após 34 dias e volta a minimizar o impacto da pandemia na Nicarágua". *El País*, 16 de abril de 2020. <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-16/daniel-ortega-reaparece-apos-34-dias-e-volta-a-minimizar-o-impacto-da-pandemia-na-nicaragua.html>

Nações Unidas. 2018. "Violaciones de Derechos Humanos y abusos en el contexto de las protestas en Nicaragua". *Oficina Del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos*, Ginebra, agosto de 2018. www.ohchr.org/Documents/Countries/NI/HumanRightsViolationsNicaraguaApr_Aug2018_SP.pdf

Nicarágua. 2018. "Ficha ICIP sobre Paz y Conflictos". *ICIP*. www.icip.gencat.cat/web/continguts/publicacions/documents_i_informes/arxius/FICHA-ICIP-PAZ-Y-CONFLICTOS-Nicaragua.pdf

Nicarágua. 2000. Ley Electoral nº 331. *Asamblea Nacional de la República de Nicaragua*, 19 de janeiro de 2020. legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/doc69e2c91d9955906256a400077164a/5efaeeb45a-fdc847062571f4005b1e49?OpenDocument

Pereira, Nicolle M. "Revolução Sandinista: a construção de uma nova hegemonia." 2016. Trabalho apresentado no II Simpósio da Teoria Marxista: o capitalismo e suas crises, Uberlândia, maio de 2016. https://www.researchgate.net/publication/318930300_Revolucao_Sandinista_a_construcao_de_uma_nova_hegemonia

NAÇÕES UNIDAS

Organização Mundial da Saúde. WHO Coronavirus Disease (COVID-19): Nicarágua. <https://covid19.who.int/region/amro/country/ni>

Seisdedos, Susana R.; Vilaplana, Belén B. 2007. "Nicaragua en la encrucijada: el liderazgo de Daniel Ortega y su influencia en el sistema político nicaragüense". *Institut de Ciències Polítiques i Socials Working Paper*, 259. <https://www.icps.cat/archivos/WorkingPapers/wp259.pdf>

Spalding, Rose J. 2017. "Los empresarios y el estado posrevolucionario: el reordenamiento de las élites y la nueva estrategia de colaboración en Nicaragua". 2017. *Anuario de Estudios Centroamericanos* 43: 149-188. <http://doi.org/10.15517/aeca.v43i0.31556>

Tranding Economics. "Nicarágua – PIB Taxa de Crescimento Anual". <https://pt.trandingeconomics.com/nicaragua/gdp-growth-annual>

Valero, Carlos J. B. "La formación del Estado latinoamericano: entre la dependencia externa y el colonialismo interno. (El modelo explicativo y analítico de Marcos Kaplan)". *Revista Grafía – Cuaderno de trabajo de los profesores de la Facultad de Ciencias Humanas*, Universidad Autónoma de Colombia 11, 1 (29 de janeiro de 2014): 82-94. <https://doi.org/10.26564/16926250.509>

Wasserman, Claudia. 2003. *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Bruno Andrade Teixeira

Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), em Santana do Livramento, RS, Brasil.

Maurício Luiz Borges Ramos Dias

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (programa interinstitucional entre a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" — UNESP —, Universidade Estadual de Campinas — UNICAM — e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC), em São Paulo, SP, Brasil. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nicole Fava Pires

Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), em Santana do Livramento, RS, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela Zeppelini Publishers e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação